



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO GRANDE DO NORTE

Concurso Público para provimento de cargos de Analista Judiciário - Área Administrativa

Prova Cargo B02, Tipo 1
000000000000000000
00001-001-001

Nº de Inscrição
MODELO

P R O V A

Conhecimentos Gerais
Conhecimentos Específicos

INSTRUÇÕES

- Verifique se este caderno:
 - corresponde a sua opção de cargo;
 - contém 60 questões, numeradas de 1 a 60;
 - apresenta tema para a Prova Discursiva.

Caso contrário, reclame ao fiscal da sala um outro caderno.

Não serão aceitas reclamações posteriores.

- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Você deve ler cuidadosamente cada uma das questões e escolher a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE:

- procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, fazendo um traço bem forte no quadrinho que aparece abaixo dessa letra.
- fazer a prova discursiva, usando para rascunho o espaço a ela reservado.

ATENÇÃO

- Marque as respostas primeiro a lápis e depois cubra com caneta esferográfica de tinta preta.
- Marque apenas uma letra para cada questão, mais de uma letra assinalada implicará anulação dessa questão.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida qualquer espécie de consulta, nem o uso de máquina calculadora.
- A duração da prova é de 4 horas.
- Você deverá responder a todas as questões objetivas, preencher a Folha de Respostas e fazer a Prova Discursiva.
- Devolva este caderno de prova ao aplicador, juntamente com sua Folha de Respostas.
- Proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.

FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS
Julho/2005

CONHECIMENTOS GERAIS

Atenção: As questões de números 1 a 15 referem-se ao texto abaixo.

A indiferença da natureza

Eu me lembro do choque e da irritação que sentia, quando criança, ao assistir a documentários sobre a violência do mundo animal; batalhas mortais entre escorpiões e aranhas, centenas de formigas devorando um lagarto ainda vivo, baleias assassinas atacando focas e pingüins, leões atacando antílopes etc. Para finalizar, apareciam as detestáveis hienas, “rindo” enquanto comiam os restos de algum pobre animal.

Como a Natureza pode ser assim tão cruel e insensível, indiferente a tanta dor e sofrimento? (Vou me abster de falar da dor e do sofrimento que a espécie dominante do planeta, supostamente a de maior sofisticação, cria não só para os animais, mas também para si própria.) Certos exemplos são particularmente horríveis: existe uma espécie de vespa cuja fêmea deposita seus ovos dentro de lagartas. Ela paralisa a lagarta com seu veneno, e, quando os ovos chocam, as larvas podem se alimentar das entranhas da lagarta, que assiste viva ao martírio de ser devorada de dentro para fora, sem poder fazer nada a respeito.

*A resposta é que a Natureza não tem nada a dizer sobre compaixão ou ética de comportamento. Por trás dessas ações assassinas se esconde um motivo simples: a preservação de uma determinada espécie por meio da sobrevivência e da transmissão de seu material genético para as gerações futuras. Portanto, para entendermos as intenções da vespa ou do leão, temos que deixar de lado qualquer tipo de julgamento sobre a “humanidade” desses atos. Aliás, não é à toa que a palavra **humano**, quando usada como adjetivo, expressa o que chamaríamos de comportamento decente. Parece que isentamos o resto do mundo animal desse tipo de comportamento, embora não falem exemplos que mostram o quanto é fácil nos juntarmos ao resto dos animais em nossas ações “desumanas”.*

A idéia de compaixão é puramente humana. Predadores não sentem a menor culpa quando matam as suas presas, pois sua sobrevivência e a da sua espécie dependem dessa atividade. E dentro da mesma espécie? Para propagar seu DNA, machos podem batalhar até a morte por uma fêmea ou pela liderança do grupo. Mas aqui poderíamos também estar falando da espécie humana, não?

(Marcelo Gleiser, **Retalhos cósmicos**. S.Paulo: Companhia das Letras, 1999, pp. 75-77)

1. Conforme demonstram as afirmações entre parênteses, o autor confere em seu texto estas duas acepções distintas ao termo *indiferença*, relacionado à Natureza:
 - (A) crueldade (*indiferente a tanta dor e sofrimento*) e generosidade (*o que chamaríamos de comportamento decente*).
 - (B) hipocrisia (*por trás dessa ações assassinas se esconde um motivo simples*) e inflexibilidade (*predadores não sentem a menor culpa*).
 - (C) impiedade (*indiferente a tanta dor e sofrimento*) e alheamento (*não tem nada a dizer sobre compaixão ou ética de comportamento*).
 - (D) isenção (*isentamos o resto do mundo animal desse tipo de comportamento*) e pretexto (*para propagar seu DNA*).
 - (E) insensibilidade (*sua sobrevivência e a da sua espécie dependem dessa atividade*) e determinação (*indiferente a tanta dor e sofrimento*).

2. Considere as afirmações abaixo.
 - I. Os atributos relacionados às hienas, no primeiro parágrafo, traduzem nossa visão “humana” do mundo natural.
 - II. A pergunta que abre o segundo parágrafo é respondida com os exemplos arrolados nesse mesmo parágrafo.
 - III. A frase *A idéia de compaixão é puramente humana* é utilizada como comprovação da tese de que a natureza é cruel e insensível.

Em relação ao texto, está correto APENAS o que se afirma em:

 - (A) I.
 - (B) II.
 - (C) III.
 - (D) I e II.
 - (E) I e III.

3. Considerando-se o contexto em que se emprega, o **elemento em destaque** na frase
 - (A) **Vou me abster** de falar da dor e do sofrimento traduz a indiferença do autor em relação ao fenômeno que está analisando.
 - (B) Por trás dessas ações assassinas se esconde um **motivo simples** revela o tom de sarcasmo, perseguido pelo autor.
 - (C) a Natureza não tem nada a dizer sobre **compaixão ou ética de comportamento** expõe os motivos ocultos que regem o mundo animal.
 - (D) Mas **aqui** poderíamos também estar falando da espécie humana refere-se diretamente ao que se afirmou na frase anterior.
 - (E) Por trás **dessas ações** assassinas esconde-se um motivo simples anuncia uma exemplificação que em seguida se dará.

<p>4. Considerando-se o choque e a irritação que o autor sentia, quando criança, com as cenas de crueldade do mundo animal, percebe-se que, com o tipo de argumentação que desenvolve em seu texto, ele pretende</p> <p>(A) justificar sua tolerância, no presente, com a crueldade que efetivamente existe no mundo natural.</p> <p>(B) se valer da ciência adquirida, para fazer compreender como natural a violência que efetivamente ocorre na Natureza.</p> <p>(C) se valer da ciência adquirida, para justificar a crueldade como um recurso necessário à propagação de todas as espécies.</p> <p>(D) justificar suas intolerâncias de menino, reações naturais diante da efetiva crueldade que se propaga pelo mundo animal.</p> <p>(E) se valer da ciência adquirida, para apresentar a hipótese de que os valores morais e éticos contam muito para o funcionamento da Natureza.</p>	<p>7. Está inteiramente adequada a articulação entre os tempos verbais na seguinte frase:</p> <p>(A) Predadores não sentirão a menor culpa a cada vez que matarem uma presa, pois sabem que sua sobrevivência sempre dependerá dessa atividade.</p> <p>(B) Se predadores hesitassem a cada vez que tiveram de matar uma presa, terão posto em risco sua própria sobrevivência, que depende da caça.</p> <p>(C) Nunca faltarão exemplos que deixassem bem claro o quanto é fácil que nos viessem a associar aos animais, em nossas ações “desumanas”.</p> <p>(D) Por trás dessas ações assassinas sempre houve um motivo simples, que estará em vir a preservar uma determinada espécie quando se for estar transmitindo o material genético.</p> <p>(E) Ao paralisar a lagarta com veneno, a vespa terá depositado seus ovos nela, e as larvas logo se alimentariam das entranhas da lagarta, que nada poderá ter feito para impedi-lo.</p>
<p>5. Quanto à concordância verbal, está inteiramente correta a seguinte frase:</p> <p>(A) De diferentes afirmações do texto podem-se depreender que os atos de grande violência não caracterizam apenas os animais irracionais.</p> <p>(B) O motivo simples de tantos atos supostamente cruéis, que tanto impressionaram o autor quando criança, só anos depois se esclareceram.</p> <p>(C) Ao longo dos tempos tem ocorrido incontáveis situações que demonstram a violência e a crueldade de que os seres humanos se mostram capazes.</p> <p>(D) A todos esses atos supostamente cruéis, cometidos no reino animal, aplicam-se, acima do bem e do mal, a razão da propagação das espécies.</p> <p>(E) Depois de paralisadas as lagartas com o veneno das vespas, advirá das próprias entranhas o martírio das larvas que as devoram inapelavelmente.</p>	<p>8. Temos <u>que deixar de lado</u> qualquer tipo de julgamento sobre a “humanidade” desses atos.</p> <p>O segmento sublinhado no período acima pode ser corretamente substituído, sem prejuízo para o sentido, por</p> <p>(A) nos isentarmos a.</p> <p>(B) nos eximir para.</p> <p>(C) nos abster de.</p> <p>(D) subtrair-nos em</p> <p>(E) furtar-nos com.</p>
<p>6. NÃO admite transposição para a voz passiva o seguinte segmento do texto:</p> <p>(A) <i>centenas de formigas devorando um lagarto.</i></p> <p>(B) <i>ao assistir a documentários sobre a violência do mundo animal.</i></p> <p>(C) <i>uma espécie de vespa cuja fêmea deposita seus ovos dentro de lagartas.</i></p> <p>(D) <i>Predadores não sentem a menor culpa.</i></p> <p>(E) <i>quando matam as suas presas.</i></p>	<p>9. Está inteiramente correta a pontuação do seguinte período:</p> <p>(A) Paralisada pelo veneno da vespa nada pode fazer, a lagarta, a não ser assistir viva à sua devoração, pelas larvas, que saem dos ovos ali chocados.</p> <p>(B) Nada pode fazer, a lagarta paralisada, pelo veneno da vespa, senão assistir viva, à sua devoração pelas larvas que saem dos ovos, e passam a se alimentar, das entranhas da vítima.</p> <p>(C) A pobre lagarta, paralisada pelo veneno da vespa assiste sem nada poder fazer, à sua devoração pelas larvas, tão logo saiam estas dos ovos, que, a compulsória hospedeira, ajudou a chocar.</p> <p>(D) Compulsória hospedeira, paralisada pelo veneno da vespa, a pobre lagarta assiste à devoração de suas próprias entranhas pelas larvas, sem poder esboçar qualquer tipo de reação.</p> <p>(E) Sem qualquer poder de reação, já que paralisada pelo veneno da vespa a lagarta, compulsoriamente, chocará os ovos, e depois se verá sendo devorada, pelas larvas que abrigou em suas entranhas.</p>

<p>10. Atente para as frases abaixo.</p> <p>I. Quando criança assistia a documentários sobre a vida selvagem.</p> <p>II. Tais documentários me irritavam.</p> <p>III. Nesses documentários exibiam-se cenas de extrema violência.</p> <p>Essas frases estão articuladas de modo correto e coerente no seguinte período:</p> <p>(A) Irritavam-me aqueles documentários sobre a vida selvagem que assisti quando criança, nos quais continham cenas que exibiam extrema violência.</p> <p>(B) Naqueles documentários sobre a vida selvagem, a que quando criança assistia, me irritava, conquanto exibissem cenas de extrema violência.</p> <p>(C) Uma vez que exibiam cenas de extrema violência, irritava-me com aqueles documentários sobre a vida selvagem, assistidos quando criança.</p> <p>(D) As cenas de extrema violência me irritavam, quando criança, por assistir tais documentários sobre a vida selvagem, em que eram exibidas.</p> <p>(E) Os documentários sobre a vida selvagem, a que assistia quando era criança, irritavam-me porque neles eram exibidas cenas de extrema violência.</p>	<p>12. Está correto o emprego de ambos os elementos sublinhados em:</p> <p>(A) O autor se pergunta <u>por que</u> haveriam de ser cruéis os animais que aspiram <u>à</u> propagação da espécie.</p> <p>(B) Quando investigamos o <u>por quê</u> da suposta crueldade animal, parece <u>de que</u> nos esquecemos da nossa efetiva crueldade.</p> <p>(C) <u>À</u> lagarta, <u>de cujo</u> ventre abriga os ovos da vespa, só caberá assistir ao martírio de sua própria devoração.</p> <p>(D) Se a idéia de compaixão é puramente humana, não há <u>porque</u> imputarmos <u>nos</u> animais qualquer traço de crueldade.</p> <p>(E) Os bichos <u>a cujos</u> atribuímos atos cruéis não fazem senão lançar-se <u>na</u> luta pela sobrevivência.</p>
<p>11. Há uma relação de causa (I) e consequência (II) entre as ações expressas nas frases destacadas em:</p> <p>(A) I. <i>Para entendermos as intenções da vespa,</i> II. <i>temos que deixar de lado qualquer tipo de julgamento.</i></p> <p>(B) I. <i>Para finalizar,</i> II. <i>apareciam as detestáveis hienas.</i></p> <p>(C) I. <i>Isentamos o resto do mundo animal desse tipo de comportamento,</i> II. <i>embora não faltem exemplos que mostram o quanto é fácil nos juntarmos ao resto dos animais.</i></p> <p>(D) I. <i>as larvas podem se alimentar das entranhas da lagarta,</i> II. <i>que assiste viva ao martírio de ser devorada de dentro para fora.</i></p> <p>(E) I. <i>Predadores não sentem a menor culpa,</i> II. <i>quando matam as suas presas.</i></p>	<p>13. O emprego das aspas em “<i>rindo</i>” (primeiro parágrafo) deve-se ao fato de que o autor deseja</p> <p>(A) remeter o leitor ao sentido mais rigoroso que essa palavra tem no dicionário.</p> <p>(B) chamar a atenção para a impropriedade da aplicação desse termo, no contexto dado.</p> <p>(C) dar ênfase, tão-somente, ao uso dessa palavra, como se a estivesse sublinhando ou destacando em negrito.</p> <p>(D) assinalar o emprego despropositado de um termo que a ninguém, habitualmente, ocorreria utilizar.</p> <p>(E) precisar o sentido contrário, a significação oposta à que o termo tem no seu emprego habitual.</p> <p>14. O verbo indicado entre parênteses deverá flexionar-se numa forma do plural para preencher corretamente a lacuna da frase:</p> <p>(A) Não se (atribuir) às lagartas a crueldade dos humanos, por depositarem os ovos no interior das vespas.</p> <p>(B) O que (impelir) os animais a agirem como agem são seus instintos herdados, e não uma intenção cruel.</p> <p>(C) Não se (equiparar) às violências dos machos, competindo na vida selvagem, a radicalidade de que é capaz um homem enciumado.</p> <p>(D) (caracterizar-se), em algumas espécies animais, uma modalidade de violência que interpretamos como crueldade.</p> <p>(E) (ocultar-se) na ação de uma única vespa os ditames de um código genético comum a toda a espécie.</p>

15. Considerando-se o contexto, o elemento sublinhado pode ser substituído pelo que está entre parênteses, sem prejuízo para o sentido e a correção da frase, em:

- (A) Por trás dessas ações assassinas se esconde um motivo simples. (Nessas ações assassinas infiltra-se)
- (B) Apareciam as detestáveis hienas, "rindo" enquanto comiam os restos de algum pobre animal. (à medida em que devoravam os detritos)
- (C) A idéia de compaixão é puramente humana. (restringe-se à espécie humana)
- (D) Sua sobrevivência e a da sua espécie dependem dessa atividade. (são permeáveis a tais iniciativas)
- (E) A Natureza não tem nada a dizer sobre compaixão ou ética de comportamento. (dissimula seu interesse por)

16. Memória de alta velocidade, normalmente composta por registradores, que contribui para aumento de velocidade em operações repetidas:

- (A) Disco óptico.
- (B) RAM.
- (C) ROM.
- (D) HD (*winchester*).
- (E) Cache.

17. Para mover um arquivo de uma pasta para outra (recortar e colar), usando teclas de atalho padrão do Microsoft Windows, usa-se as seguintes combinações, respectivamente:

- (A) CTRL+V e CTRL+C
- (B) CTRL+C e CTRL+V
- (C) CTRL+X e CTRL+V
- (D) CTRL+V e CTRL+X
- (E) CTRL+C e CTRL+X

18. Um usuário ao selecionar um segmento de um texto no Microsoft Word 2002, versão em Português e configuração padrão do fabricante, percebe que o campo "fonte" na barra de ferramentas formatação aparenta estar desabilitado ou em branco. Poderia justificar esta ocorrência:

- (A) problemas na instalação do aplicativo.
- (B) texto selecionado possui mais do que um único tipo de fonte.
- (C) seleção do texto feita de modo incorreto pelo usuário.
- (D) usuário selecionou o texto usando o teclado e não o *mouse*.
- (E) usuário selecionou o texto usando o *mouse* e não o teclado.

19. A figura abaixo foi extraída do Microsoft Excel 2002, versão em Português e configuração padrão do fabricante.

	A	B	C
1	1	2	3
2	4	5	6
3	7	8	9
4	10	11	12
5	13	14	16
6	17	18	19
7	20	21	22

Se na célula D9 (não mostrada na figura) tivermos a fórmula =SOMA(A1:A3,A3:C3,C3:C5), seu valor conterà o seguinte resultado:

- (A) erro
- (B) 49
- (C) 57
- (D) 73
- (E) 253

20. Selecione a melhor forma de privacidade para dados que estejam trafegando em uma rede:

- (A) Criptografia.
- (B) Chaves de segurança e bloqueio de teclados.
- (C) Emprego de sistema de senhas e autenticação de acesso.
- (D) Métodos de *Backup* e recuperação eficientes.
- (E) Desativação da rede e utilização dos dados apenas em "papel impresso".

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

21. Conjunto de atividades com uma ou mais espécies de entrada e que cria uma saída de valor para o cliente é:

(A) Serviço.
 (B) Tarefa.
 (C) Processo.
 (D) Estrutura.
 (E) Método.

22. O desempenho dos gestores de uma organização depende do aprimoramento de habilidades que, segundo o modelo de Robert L. Katz, são as seguintes habilidades:

(A) técnica, humana, conceitual.
 (B) técnica, humana, processual.
 (C) técnica, empreendedora, organizacional.
 (D) humana, conceitual, empreendedora.
 (E) conceitual, empreendedora, organizacional.

23. A receita pública é classificada em dois grupos:

(A) patrimonial e serviços.
 (B) patrimonial e tributária.
 (C) serviços e tributária.
 (D) orçamentária e tributária.
 (E) orçamentária e extra-orçamentária.

24. As dotações destinadas à aquisição de títulos representativos do capital de empresas ou entidades de qualquer espécie, já constituídos, quando a operação não importa em aumento de capital, são classificadas como

(A) Investimentos.
 (B) Inversões financeiras.
 (C) Despesas de custeio.
 (D) Transferência de capital.
 (E) Transferências correntes.

25. As despesas não pagas até 31 de dezembro, cujo empenho foi entregue ao credor, que por sua vez forneceu o material, prestou o serviço, e a despesa foi considerada liquidada por ter sido cumprido o terceiro estágio correspondente à liquidação, estando na fase de pagamento, entende-se como Restos a pagar de despesas

(A) a executar.
 (B) não processadas.
 (C) futuras.
 (D) processadas.
 (E) a compensar.

26. A respeito da classificação dos atos administrativos, quanto à sua exeqüibilidade, considera-se como ato imperfeito

(A) a nomeação de Secretário de Município que ainda não seja publicado no Diário Oficial.
 (B) o decreto do Prefeito Municipal que regulamenta uma Lei Municipal, mas condiciona sua vigência ao próximo exercício orçamentário.
 (C) aquele que necessita da manifestação de dois ou mais órgãos.
 (D) a resolução que opera efeitos num caso concreto.
 (E) aquele que apenas reconhece um direito preexistente.

27. Considerando as normas previstas no Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis da União, das Autarquias e das Fundações Públicas Federais, no que tange ao exercício do cargo, analise as afirmações abaixo.

- I. É de 30 (trinta) dias o prazo para o servidor empossado em cargo público entrar em exercício, contado da data da posse.
- II. A promoção não interrompe o tempo de exercício, que é contado no novo posicionamento na carreira a partir da data da publicação do ato que promover o servidor.
- III. Em regra, não é exigível do ocupante de cargo em comissão o cumprimento do regime de integral dedicação ao serviço.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I.
- (B) I e II.
- (C) I e III.
- (D) II.
- (E) II e III.

28. No que tange à seguridade social do servidor, especialmente quanto ao benefício da pensão e, considerando o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis da União, das Autarquias e das Fundações Públicas Federais, é INCORRETO afirmar:

- (A) A percepção cumulativa de mais de duas pensões é vedada, sendo permitido ao beneficiário optar por uma delas.
- (B) A pensão provisória será concedida por morte presumida do servidor, se a autoridade judiciária competente declarar a ausência dele.
- (C) São beneficiários da pensão vitalícia, dentre outros, o cônjuge e o companheiro (ou companheira) designado que comprove união estável como entidade familiar.
- (D) São beneficiários da pensão temporária, dentre outros, o irmão órfão, até 21 (vinte e um) anos, e o inválido, enquanto durar a invalidez, desde que comprovem dependência econômica do servidor.
- (E) O direito do beneficiário à pretensão de concessão da pensão prescreve no prazo de 5 (cinco) anos.

29. Com relação à prescrição da ação disciplinar, é correto afirmar:

- (A) Os prazos de prescrição previstos na lei penal não se aplicam às infrações disciplinares capituladas também como crime.
- (B) O prazo prescricional da ação disciplinar, nos casos de cassação de aposentadoria ou disponibilidade, é de 5 (cinco) anos.
- (C) O prazo prescricional da ação disciplinar, nos casos de cassação de aposentadoria ou disponibilidade, é de 2 (dois) anos.
- (D) O prazo prescricional da ação disciplinar, nos casos em que a pena prevista for de advertência, é de 2 (dois) anos.
- (E) O prazo de prescrição começa a correr sempre da data em que o fato punível ocorreu.

<p>30. Considerando o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis da União, das Autarquias e das Fundações Públicas Federais, quanto à posse do servidor público, é INCORRETO afirmar:</p> <p>(A) A posse poderá ocorrer mediante procuração específica.</p> <p>(B) A posse dar-se-á no prazo de 30 (trinta) dias, contado da publicação do ato de provimento.</p> <p>(C) Ocorrerá posse em todos os tipos de provimento.</p> <p>(D) No ato da posse, o servidor apresentará declaração de bens e valores que constituem seu patrimônio.</p> <p>(E) A posse dependerá de prévia inspeção médica oficial.</p>	<p>34. Vagando os cargos de Presidente e Vice-Presidente da República nos dois primeiros anos do mandato,</p> <p>(A) o Presidente da Câmara dos Deputados assumirá o cargo de Presidente da República em caráter definitivo.</p> <p>(B) será realizada eleição indireta, para ambos os cargos, trinta dias depois da última vaga, pelo Congresso Nacional.</p> <p>(C) far-se-á eleição noventa dias depois de aberta a última vaga.</p> <p>(D) o Presidente do Senado Federal será chamado ao exercício da Presidência.</p> <p>(E) o Presidente do Supremo Tribunal Federal exercerá o cargo de Presidente da República em caráter definitivo.</p>
<p>31. A perda dos direitos políticos, dentre outras hipóteses constitucionais, ocorrerá em caso de</p> <p>(A) sentença judicial que reconhece a incapacidade civil absoluta.</p> <p>(B) cancelamento da naturalização por sentença judicial transitada em julgado, em virtude de atividade nociva ao interesse nacional.</p> <p>(C) condenação criminal transitada em julgado, enquanto durarem seus efeitos.</p> <p>(D) reconhecida prática de ato de improbidade administrativa, por meio de decisão judicial.</p> <p>(E) decisão administrativa que declara a incapacidade civil relativa.</p>	<p>35. Os partidos políticos, após adquirirem personalidade jurídica, na forma da lei, deverão registrar seus estatutos junto ao</p> <p>(A) Conselho Nacional Eleitoral.</p> <p>(B) Colégio Eleitoral de sua circunscrição.</p> <p>(C) Superior Tribunal de Justiça.</p> <p>(D) Congresso Nacional.</p> <p>(E) Tribunal Superior Eleitoral.</p>
<p>32. O Conselho Nacional de Justiça será composto por</p> <p>(A) dez membros nomeados pelo Presidente da República, após aprovada a escolha pela maioria absoluta do Congresso Nacional.</p> <p>(B) dez membros com mais de trinta e cinco anos e menos de sessenta e cinco anos de idade, com mandato de dois anos, admitida uma recondução.</p> <p>(C) quatorze membros nomeados pelo Presidente do Congresso Nacional, após aprovada a escolha pela maioria relativa do Senado Federal.</p> <p>(D) quinze membros com mais de trinta e cinco anos e menos de sessenta e seis anos de idade, com mandato de dois anos, admitida uma recondução.</p> <p>(E) quinze membros com mais de trinta anos e menos de sessenta anos de idade, com mandato de dois anos, admitida uma recondução.</p>	<p>36. A respeito da composição dos órgãos da Justiça Eleitoral, é correto afirmar que</p> <p>(A) o Tribunal Superior Eleitoral elegerá seu Presidente e o Vice-Presidente dentre os Ministros do Supremo Tribunal Federal.</p> <p>(B) o Tribunal Superior Eleitoral compor-se-á, no mínimo, de cinco membros, sendo três por eleição e dois por nomeação do Presidente da República.</p> <p>(C) integram os Tribunais Regionais Eleitorais dois juízes escolhidos um dentre advogados e outro dentre membros do Ministério Público.</p> <p>(D) três integrantes do Tribunal Superior Eleitoral serão escolhidos pelo voto secreto entre advogados de notável saber jurídico.</p> <p>(E) os juízes dos Tribunais Regionais Eleitorais serão escolhidos por livre nomeação do Governador de cada Estado e do Distrito Federal.</p>
<p>33. Em relação aos Deputados e Senadores, considere as afirmações abaixo.</p> <p>I. Desde a expedição do diploma, os membros do Congresso Nacional não poderão ser presos, salvo em flagrante de crime inafiançável.</p> <p>II. Perderá o mandato o Senador Federal que foi investido no cargo de Secretário de Estado.</p> <p>III. Os Deputados Federais devem testemunhar sobre informações recebidas em razão do exercício do mandato.</p> <p>IV. Os Deputados e Senadores são invioláveis, civil e penalmente, por quaisquer de suas opiniões, palavras ou votos.</p> <p>Estão corretas APENAS</p> <p>(A) I e IV.</p> <p>(B) II e IV.</p> <p>(C) I, II e IV.</p> <p>(D) II e III.</p> <p>(E) I, II e III.</p>	<p>37. SOMENTE podem permanecer no recinto da Mesa Receptora os seus membros, o eleitor, durante o tempo necessário à votação,</p> <p>(A) os candidatos e um fiscal de cada partido.</p> <p>(B) os candidatos, um fiscal e um delegado de cada partido.</p> <p>(C) os candidatos e um delegado de cada partido.</p> <p>(D) um fiscal e um delegado de cada partido.</p> <p>(E) os candidatos e três fiscais de cada partido.</p>

<p>38. A respeito do início e do encerramento da votação, considere as afirmações:</p> <p>I. No dia marcado para a eleição, o Presidente da mesa receptora, às 7 (sete) horas, supridas as deficiências, declarará iniciados os trabalhos, procedendo-se, em seguida, à votação, que começará pelos membros da mesa e fiscais de partido.</p> <p>II. O recebimento dos votos terminará às 17 (dezesete) horas, horário em que o Presidente da mesa receptora declarará o encerramento da votação, dispensando os eleitores que estiverem na fila, os quais deverão justificar-se perante o Cartório Eleitoral.</p> <p>III. Se no horário de encerramento do recebimento de votos existirem eleitores presentes, o Presidente da mesa receptora lhes fará entregar senhas e os convidará, em voz alta, a entregar à mesa seus títulos, para que sejam admitidos a votar.</p> <p>Está correto o que se afirma APENAS em</p> <p>(A) I. (B) I e II. (C) I e III. (D) II e III. (E) III.</p>	<p>41. A impugnação de pedido de registro de candidatura poderá ser formulada</p> <p>(A) pelo Ministério Público, mediante termo nos autos, no prazo de 5 (cinco) dias, contados do deferimento do registro da candidatura.</p> <p>(B) por qualquer eleitor, em petição fundamentada, no prazo de 10 (dez) dias, contados do encerramento do prazo previsto para os partidos políticos e coligações.</p> <p>(C) pelos partidos políticos e coligações, em petição fundamentada e instruída, no prazo de 10 (dez) dias, contados da publicação do pedido de registro do candidato.</p> <p>(D) por qualquer candidato, partido político, coligação ou pelo Ministério Público, no prazo de 5 (cinco) dias, contados da publicação do pedido de registro do candidato.</p> <p>(E) por qualquer candidato, no prazo de 10 (dez) dias, contados do pedido de registro de candidatura para as eleições majoritárias.</p>
<p>39. Quanto à prestação de contas das campanhas eleitorais, é correto afirmar que</p> <p>(A) as contribuições, doações e receitas recebidas pelos partidos e candidatos na forma da lei serão corrigidas monetariamente a partir do dia das eleições.</p> <p>(B) as sobras de recursos financeiros de campanhas serão utilizadas pelos partidos políticos para financiar a propaganda partidária paga, no rádio e na televisão.</p> <p>(C) a inobservância do prazo legal para encaminhamento das prestações de contas à Justiça Eleitoral impede a diplomação dos eleitos, enquanto perdurar.</p> <p>(D) as prestações de contas de candidatos a Deputado Federal, Deputado Estadual e Vereador só poderão ser feitas pelo comitê financeiro do partido a que pertencerem.</p> <p>(E) erros formais e materiais, ainda que corrigidos, autorizam a rejeição das contas e a cominação de sanção a candidato ou partido.</p>	<p>42. Quanto aos recursos eleitorais, é correto afirmar que</p> <p>(A) os prazos para interposição de recursos são preclusivos, mesmo quando nestes se discutir matéria constitucional.</p> <p>(B) deverão ser interpostos no prazo de 5 (cinco) dias da publicação do ato, resolução ou despacho, sempre que a lei não fixar prazo especial.</p> <p>(C) cabe recurso contra a expedição de diploma no caso de errônea interpretação da lei quanto à aplicação do sistema de representação proporcional.</p> <p>(D) têm efeito suspensivo e só serão executadas após o julgamento pela superior instância.</p> <p>(E) não cabe recurso, para os Tribunais Regionais e para o Tribunal Superior Eleitoral, dos atos, resoluções ou despachos dos respectivos Presidentes.</p>
<p>40. Considere os cargos eletivos:</p> <p>I. Presidente da República. II. Vice-Presidente da República. III. Governador de Estado. IV. Vice-Governador de Estado. V. Senador. VI. Deputado Federal. VII. Deputado Estadual.</p> <p>Receberão diploma assinado pelo Presidente do Superior Tribunal Eleitoral APENAS os eleitos para os cargos indicados em</p> <p>(A) I e II. (B) I, III e IV. (C) I, II, V e VI. (D) III, IV, V e VI. (E) V, VI e VII.</p>	<p>43. A respeito do recurso de agravo de instrumento em matéria criminal, é certo que,</p> <p>(A) contra o despacho do Presidente do Tribunal Regional Eleitoral que admitir o recurso especial, o recorrido poderá interpor, dentro de 3 (três) dias, agravo de instrumento.</p> <p>(B) deferida a formação do agravo, será intimado o recorrente para, no prazo de 5 (cinco) dias, apresentar as suas razões e indicar as peças dos autos a serem trasladadas.</p> <p>(C) concluída a formação do instrumento, o Presidente do Tribunal Regional Eleitoral determinará a remessa dos autos ao Tribunal Superior, não podendo ordenar a extração e a juntada de peças não indicadas pelas partes.</p> <p>(D) quando entender que as razões apresentadas pelo recorrente são manifestamente improcedentes em face da documentação constante dos autos, o Presidente do Tribunal Regional Eleitoral pode negar seguimento ao agravo.</p> <p>(E) contra o despacho do Presidente do Tribunal Regional Eleitoral que não admitir o recurso especial, o recorrente poderá interpor, dentro de 3 (três) dias, agravo de instrumento.</p>

<p>44. A respeito das representações da Lei nº 9.504, de 30/09/1997, é correto afirmar que</p> <p>(A) os candidatos, partidos políticos e coligações devem dirigir-se ao Tribunal Superior Eleitoral nas eleições federais.</p> <p>(B) os Tribunais Eleitorais designarão três juízes auxiliares para a apreciação das reclamações ou representações que lhes forem dirigidas.</p> <p>(C) a Justiça Eleitoral, logo após o recebimento da representação, notificará o representado para apresentar defesa no prazo de 5 (cinco) dias.</p> <p>(D) contra as decisões de juízes auxiliares não cabe recurso, mas apenas pedido de reexame, fundado em novas provas.</p> <p>(E) os candidatos, partidos políticos e coligações devem dirigir-se ao Tribunal Regional Eleitoral nas eleições municipais.</p>	<p>47. Segundo classificação adotada pelo Código Civil Brasileiro, o conjunto dos materiais resultantes da demolição de uma casa, o direito à sucessão aberta, o saco de 60 kg de feijão-preto, e uma escultura de <i>Leonardo da Vinci</i>, são considerados, respectivamente, bens</p> <p>(A) móvel, móvel, consumível e infungível.</p> <p>(B) móvel, imóvel, infungível e fungível.</p> <p>(C) imóvel, móvel, fungível e infungível.</p> <p>(D) móvel, imóvel, fungível e infungível.</p> <p>(E) imóvel, móvel, consumível e fungível.</p>
<p>45. Considere as proposições apresentadas abaixo, a respeito das investigações judiciais eleitorais.</p> <p>I. A declaração de inelegibilidade de candidato a Governador de Estado atingirá o respectivo candidato a Vice-Governador.</p> <p>II. As transgressões pertinentes a abuso do poder econômico, em detrimento da liberdade do voto, nas eleições Presidenciais, serão apuradas mediante investigações jurisdicionais realizadas pelo Corregedor-Geral Eleitoral.</p> <p>III. As transgressões relativas a abuso do poder político, em detrimento da liberdade do voto, nas eleições municipais, serão apuradas mediante investigações jurisdicionais realizadas pelos Juízes Eleitorais.</p> <p>IV. A utilização indevida de veículos ou meios de comunicação social, em benefício de candidato ou partido político, podem gerar sanções de natureza pecuniária ou perda de tempo no horário gratuito no rádio e na televisão, mas não podem acarretar declaração de inelegibilidade.</p> <p>Estão corretas APENAS</p> <p>(A) I, II e III.</p> <p>(B) I e IV.</p> <p>(C) II e III.</p> <p>(D) II e IV.</p> <p>(E) II, III e IV.</p>	<p>48. A respeito dos contratos em geral, é INCORRETO afirmar:</p> <p>(A) Nos contratos de adesão, as cláusulas que estipulem a renúncia antecipada do aderente a direito resultante da natureza do negócio são consideradas nulas.</p> <p>(B) A herança de pessoa viva não pode ser objeto de contrato.</p> <p>(C) Nenhuma obrigação haverá para quem se comprometer por outrem, se este, depois de se ter obrigado, faltar à prestação.</p> <p>(D) O contrato entre ausentes torna-se perfeito desde que a aceitação é expedida, salvo, dentre outras hipóteses, no caso de, antes dela ou com ela, chegar ao proponente a retratação do aceitante.</p> <p>(E) Na ausência de outro prazo estipulado, em se tratando de contrato com pessoa a declarar, a indicação deve ser comunicada à outra parte no prazo de 10 (dez) dias da conclusão do contrato.</p>
<p>46. A respeito das pessoas naturais, considere as proposições abaixo.</p> <p>I. A abertura da sucessão provisória de pessoa ausente poderá ser declarada após o decurso de lapso ânua da arrecadação dos bens do ausente.</p> <p>II. Nos atos da vida civil, os absolutamente incapazes são assistidos e os relativamente incapazes são representados.</p> <p>III. Consideram-se absolutamente incapazes os que, mesmo por causa transitória, não puderem exprimir sua vontade.</p> <p>IV. O pseudônimo não goza da proteção que se dá ao nome, ainda que adotado para atividades lícitas.</p> <p>Estão corretas APENAS</p> <p>(A) I e III.</p> <p>(B) I e II.</p> <p>(C) II e IV.</p> <p>(D) II e III.</p> <p>(E) III e IV.</p>	<p>49. Nos termos do Código Civil Brasileiro, se houver vícios ou defeitos ocultos na coisa recebida em virtude de contrato comutativo,</p> <p>(A) não pode a coisa ser rejeitada, cabendo ao alienatário, tão-somente, reivindicar o abatimento do preço.</p> <p>(B) pode a coisa ser rejeitada, se o vício ou defeito a torne imprópria ao uso a que é destinada, ou lhe diminuam o valor.</p> <p>(C) pode a coisa ser rejeitada, mas o alienante terá o direito de ser ressarcido das despesas decorrentes da tradição da coisa.</p> <p>(D) não haverá responsabilidade para o alienante, se a coisa perecer em poder do alienatário, ainda que em razão de vício oculto já existente ao tempo da tradição.</p> <p>(E) o alienante somente será responsável se a coisa móvel perecer no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, após a tradição, e desde que o perecimento ou defeito decorra de vício oculto já existente ao tempo da tradição.</p>

50. Analise as proposições abaixo relativas ao Mandado de Segurança.

- I. Da sentença que concede ou nega o mandado de segurança, bem como da decisão que indefere a inicial de plano, cabe apelação.
- II. A decisão que nega o *mandamus* fica sujeita ao duplo grau de jurisdição.
- III. Não cabe mandado de segurança contra decisão judicial, quando haja recurso previsto nas leis processuais.
- IV. É de cento e oitenta dias o prazo para impetração do mandado de segurança, contados da ciência, por parte do interessado, do ato a ser impugnado.

Estão corretas APENAS

- (A) III e IV.
- (B) II e IV.
- (C) II e III.
- (D) I e III.
- (E) I e IV.

51. Com relação à prova, é INCORRETO afirmar:

- (A) A confissão espontânea pode ser feita por mandatário com poderes especiais.
- (B) Nos contratos cujo valor exceda dez salários mínimos, não se admite prova exclusivamente testemunhal.
- (C) Sendo estritamente necessário, o juiz poderá ouvir o menor de dezesseis anos como testemunha.
- (D) O ônus da prova incumbe ao réu, quanto à existência de fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito do autor.
- (E) Dispensa-se a prova de fatos notórios e dos admitidos como incontroversos.

52. Correndo em separado, perante juízes que têm a mesma competência territorial, ações que possuem idêntica causa de pedir, considera-se prevento aquele que

- (A) por último determinou a citação válida.
- (B) primeiro determinou a citação válida.
- (C) recebeu a demanda com objeto mais amplo.
- (D) recebeu a demanda principal.
- (E) despachou em primeiro lugar.

53. Da decisão que omite algum ponto abordado na causa e, sobre o qual o juiz deveria manifestar-se, cabe

- (A) agravo de instrumento.
- (B) embargos de declaração.
- (C) agravo retido.
- (D) apelação.
- (E) mandado de segurança.

54. Considere as hipóteses abaixo.

- I. José, a título de cobrança forçada, subtraiu R\$ 200,00 (duzentos reais) pertencentes a João, porque este devia àquele a quantia de R\$ 500,00 (quinhentos reais) e alegava sempre que não tinha recursos para pagar essa dívida.
- II. Paulo subtraiu uma bicicleta pertencente a Marcos, julgando-a própria, uma vez que as bicicletas de cada um, praticamente iguais, encontravam-se estacionadas no mesmo local.

Pode-se dizer que, nesses casos, José e Paulo cometeram, respectivamente, os erros de

- (A) proibição e de fato.
- (B) fato e de proibição.
- (C) direito e de execução.
- (D) fato e acidental.
- (E) proibição e de direito.

55. Dentre outros, constitui crime contra a ordem tributária

- (A) suprimir tributo mediante a conduta culposa de inserir elementos inexatos, ou omitir operação de qualquer natureza em documento ou livro.
- (B) reduzir contribuição social mediante conduta de deixar de fornecer nota fiscal relativa à venda de mercadoria, efetivamente realizada.
- (C) aplicar incentivo fiscal ou parcelas de imposto liberadas por órgão ou entidades de desenvolvimento.
- (D) receber, para o contribuinte beneficiário, qualquer percentagem sobre a parcela dedutível de contribuição como incentivo fiscal.
- (E) patrocinar, direta ou indiretamente, interesse privado perante a administração fazendária.

56. Também são requisitos da legítima defesa e do estado de necessidade

- (A) um perigo a direito próprio ou alheio e o uso moderado dos meios necessários.
- (B) o uso moderado dos meios necessários e um bem sacrificado de valoração inferior ou igual ao preservado.
- (C) a inexistência de dever legal de enfrentar o perigo e a defesa de direito próprio ou alheio.
- (D) um perigo, atual ou iminente, e uma agressão injusta, atual ou iminente, por parte do agente.
- (E) um bem sacrificado de valoração inferior ou igual ao bem preservado e uma ação causada dolosamente pelo agente.

57. “A”, diretor-financeiro de órgão do Tribunal Regional Eleitoral, esqueceu de trancar a porta do cofre dessa repartição. “B”, analista judiciário, do mesmo Tribunal, valendo-se do livre acesso ao local, percebeu o ocorrido e aproveitou para subtrair certa quantia em dinheiro, destinada ao pagamento de serviços em geral. Nesse caso, “A” e “B”, respondem, respectivamente, pelos crimes de

- (A) furto culposo e peculato-desvio.
- (B) peculato mediante erro de outrem e furto.
- (C) peculato culposo e peculato-furto.
- (D) apropriação culposa e apropriação indébita.
- (E) peculato administrativo e peculato-apropriação.

58. A prisão preventiva NÃO poderá ser decretada quando

- (A) se verificar que o agente praticou o ato sob uma das condições da exclusão de ilicitude.
- (B) o réu for primário, em face do princípio da presunção de inocência.
- (C) ocorrer a apresentação espontânea do acusado e este comprovar sua residência.
- (D) for o caso de garantia da ordem econômica e de prática de crimes afiançáveis.
- (E) o procedimento estiver na fase de inquérito policial, por ser cabível a prisão temporária.

59. No que tange à ação penal, considere:

- I. Virgílio sofreu lesão contra o seu patrimônio em razão de crime de estelionato praticado por Homero. Após a denúncia do Ministério Público, Virgílio habilitou-se no processo para auxiliar o órgão da acusação a obter a condenação de Homero.
- II. O Procurador-Geral da Justiça está processando criminalmente Aquiles, Promotor de Justiça, que goza de foro especial, perante o Tribunal de Justiça, pela prática de homicídio contra Sócrates.

Nesses casos, as ações pertinentes são denominadas, respectivamente, de ação penal

- (A) pública popular e ação penal pública suplementar.
- (B) privada originária e ação penal pública.
- (C) pública litisconsorcial e ação penal personalíssima.
- (D) privada adesiva e ação penal originária.
- (E) privada principal e ação penal pública privilegiada.

60. No que tange à jurisdição, considere o que segue abaixo.

- I. Necessidade de correspondência entre a sentença e o pedido, como garantia da ampla defesa, pois não pode haver julgamento *extra* ou *ultra petita*, isto é, fora ou além do pedido.
- II. Nenhum juiz pode subtrair-se ao exercício de sua função jurisdicional porque a lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça a direito.

Essas situações dizem respeito, respectivamente, aos princípios da

- (A) justiça natural e irrecusabilidade.
- (B) processualidade e iniciativa das partes.
- (C) imparcialidade e inevitabilidade.
- (D) improrrogabilidade e investidura.
- (E) relatividade e indeclinabilidade.

PROPOSTA PARA PROVA DISCURSIVA

Consta, no Capítulo IV – dos Direitos Políticos – artigo 14, §4º da Constituição da República Federativa do Brasil, o seguinte:

4º São inelegíveis os inalistáveis e os analfabetos.

Houve, no entanto, muita polêmica em relação à iniciativa de Presidentes de Tribunais Regionais Eleitorais no sentido de avaliar o grau de escolaridade de candidatos a cargos eletivos em recentes eleições municipais, justificando o indeferimento dos registros.

Os ocupantes de cargos públicos, para serem eleitos, devem comprovar habilitação para o bom desempenho desses cargos, como ocorre com a investidura nos demais cargos da Administração Pública ?

Desenvolva um texto dissertativo em que você exponha sua opinião a respeito da questão, baseando-se em argumentos pertinentes e concluindo de forma coerente.

